

RESENHA

BALZA, Leopoldo Saavedra. **Contra el Fraude Político y la ruptura del pacto social**. 1ª edição. Caracas: LSB, 2011, 100p.

Contradições sobre a democracia venezuelana

DAIANE GOBBI TRETTO*

ELOI MARTINS SENHORAS**



A oficialização do ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no ano de 2012, frente às críticas ou apoios existentes no corpo intra-nacional de cada um dos países membros do bloco regional fazem suscitar questionamentos quanto ao déficit democrático existente naquele país desde o surgimento de uma intitulada revolução socialista-bolivariana no ano de 1999, com a chegada de Hugo Chávez Frías à presidência da República.

Frente aos amplos debates sobre o *déficit democrático* Venezuelano e a falta de consenso intra-nacional de alguns países membros do Mercosul sobre o assunto, o ingresso no Mercosul percorreu um longo processo de negociação e aprovação nos parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai, motivo pelo qual com a saída temporária do Paraguai do bloco devido às instabilidades políticas daquele país, os demais países do bloco abriram um espaço para o surgimento de um comportamento oportunista ao ingresso da Venezuelana, desconsiderando a resistência paraguaia.

As dúvidas sobre a legitimidade democrática embora tenham sido desconsideradas *politicamente* pelas agendas de governo da “nova esquerda” na Argentina, Brasil e Uruguai,

persistem no debate acadêmico e social, motivo pelo qual um livro de ensaios políticos lançado no final de 2011 teve ampla repercussão na Venezuela, por justamente questionar o pacto social nascido em 1999, com o Ingresso de Hugo Chávez e reforçado ao longo do tempo pelas vias dos plebiscitos e eleições.

Escrito pelo professor universitário e coronel aposentado da Guarda Nacional, o livro “Contra el fraude político y la ruptura del pacto social” tornou-se em um manifesto de contrarrasto ao socialismo-bolivariano por justamente lançar questionamentos sobre a nova Constituição e os seus impactos na ordem democrática na Venezuela a partir de uma monopolização seletiva da maioria por sufrágio que vem a descumprir direitos fundamentais básicos para a oposição, como os direitos de liberdade e propriedade.

Estruturado em 23 capítulos, o livro apresenta quatro grandes eixos de debate sobre, os quais podem ser identificados, respectivamente, por: 1) Marcos teóricos e fáticos do Estado venezuelano; 2) Constituição e pacto social venezuelano; 3) Poder constitucional originário e derivado na Venezuela; e, finalmente, 4)

Desconstrução constitucional do regime socialista-bolivariano.

No primeiro eixo, os capítulos 1 a 9 trazem uma série de conceitos teóricos de natureza jurídico-política que visam abrir uma análise fática do Estado Venezuelano, com destaque ao período que se inicia a partir de 1999, iminentemente carregado de ideologias e que se refletem em transformações institucionais no Estado por meio da 26ª magna carta venezuelana, conhecida como “Constituição Bolivariana”.

Seguindo a um padrão existente nas constituições da maioria dos países do planeta, na qual a soberania nacional reside no povo por meio do sufrágio, bem como da constituição venezuelana de 1811, a Assembleia Nacional Constituinte de 1999 incorporou inovações para solucionar as situações de ingovernabilidade, embora, também tenha trazido maior espaço discricionário para a concentração do poder Executivo, aprofundando, assim, uma deletéria característica típica da América Latina.

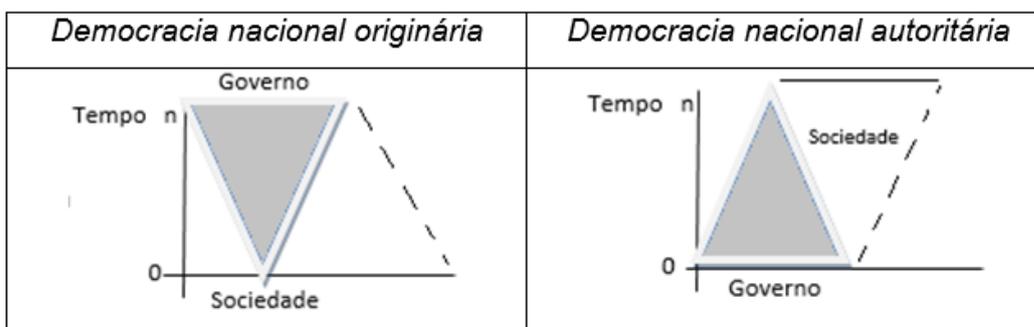
No segundo eixo, relacionado a discussões sobre a Constituição e o pacto social na Venezuela, os capítulos 10 a 13 apresentam a tese de que há uma quebra do “Pacto Social Fundamental” por parte de um líder

tirano que manipula o povo conforme seus interesses ideológicos para o exercício do Poder, razão pela qual surgem freios à democracia que acarretam em profundos prejuízos à Nação por meio de uma clara polarização da sociedade civil.

Seriam amplamente difundidos e reveladores os indicadores que tem origem causal na ruptura do “Pacto Social Fundamental” e que impactam negativamente a sociedade civil em franca violação da soberania nacional, tanto, por meio de uma grave desestabilização política, econômica, social e militar, quanto, por meio de uma negação de valores princípios e garantias democráticas previamente existente à Constituição Bolivariana.

No terceiro eixo, os capítulos 14 a 18 trazem uma discussão sobre a instrumentalização dos poderes constitucionais - originário e derivado - para a construção de um regime socialista-bolivariano na Venezuela, por meio de uma lógica majoritária que é legítima, embora, afete claramente os direitos fundamentais, e, portanto, a própria compreensão de democracia, a qual passa a ter uma dimensão autoritária sobre a sociedade civil, conforme pode-se observar no quadro comparativo.

Quadro 1 – Transformações na Democracia Venezuelana



Fonte: Balza (2011).

No quarto eixo, os capítulos 19 a 23 discutem de maneira propositiva a ultrapassagem pelas vias constitucionais o modelo socialista-bolivariano, a partir de uma clara identificação de que a soberania reside na população, motivo pelo qual existe uma clara importância dos municípios para a defesa da soberania nacional, já que eles são fonte da origem da democracia do Estado moderno, como unidades políticas, autônomas e plurais.

Para ser restabelecido o poder constituinte original, a população pode dar voz as suas aspirações por mudança através de assembleias de expressão política em seus municípios, impulsionando a convocação de uma constituinte, já que a manifestação das entidades políticas primárias representam o poder político mais próximo do povo, e, se converte em expressão primária da vontade consciente, livre e direta da população para exercer sua soberania, sem intervenção de nenhum poder central que impõe as regras.

Com base nos quatro eixos de debate, o livro apresenta uma análise extremamente rica sobre a realidade contemporânea da Venezuela, embora, permeada pelos discursos de uma sociedade polarizada, já que também apresenta um discurso normativo e ideologizado por um paradigma cognitivo liberal que é claramente distinto do paradigma crítico de natureza marxista e com fundamentação nacionalista do regime socialista-bolivariano.

Conclui-se com base no estudo de caso da Venezuela que o conceito de democracia é extremamente fluido e sujeito a diferentes interpretações diacronicamente ou entre diferentes *stakeholders* sincronicamente, motivo

pelo qual o livro se torna em uma leitura indispensável para a apreensão de polissemias em cursos de graduação e pós-graduação das áreas de ciências humanas e sociais que tenham por objetivo discutir as dinâmicas políticas.

Recebido em 2014-02-21
Publicado em 2014-04-13



* **DAIANE GOBBI TRETTO** é administradora e mestranda no Programa de Mestrado em Sociedades e Fronteira pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).



** **ELOI MARTINS SENHORAS** é Professor e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF) e do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR); Doutor em Ciências e Pós-doutorando em Ciências Jurídicas.